

# Linguagem cifrada<sup>21</sup>

GUSTAVO KRIEGER

BRASÍLIA — O projeto que cria o novo plano de carreira dos funcionários do Senado foi escrito com todo cuidado para que ninguém entendesse. Para saber quanto vão receber os servidores do Legislativo é preciso enfrentar um labirinto de siglas, tabelas e dados sobre gratificações.

Para começar, cita o salário básico. O plano tem 29 níveis salariais. Mas no Senado a tabela começa no nível 16, fixado em R\$ 2.342,23. Termina no 45, remuneração de R\$ 5.519,66. É só o início. Aí, começa o emaranhado das gratificações.

Todos os funcionários do Congresso recebem a Gratificação de Atividade Legislativa, que soma mais 50% aos salários. Trocando em miúdos, quem trabalha no Legislativo é premiado para cumprir exatamente aquilo para o qual foi contratado: trabalhar. Ao final desta etapa, o menor ganho mensal sobe para R\$ 3.513,34. O maior fica em R\$ 8.279,49. Mas ainda não acabou.

Os funcionários que, antes do plano de Carreira, tinham

direito a alguma gratificação de chefia, passam agora a receber a gratificação de representação. Isso inclui todo o universo de servidores. O Senado possui 2,7 mil funcionários e mais de 3 mil funções de chefia. Pelo projeto, a “representação mensal” engloba duas faixas. Para quem não chegou à universidade fica em R\$ 1 mil. Quem tem diploma de nível superior recebe R\$ 1,2 mil.

No fim das contas, o menor salário, daqueles que iniciam a carreira de servidor do Senado, atinge R\$ 4,5 mil. Só que, a cada ano de serviço, o contracheque vem com um acional. E incorpora gratificações a cada cinco anos, o quinquênio. Assim, um servidor em final de carreira embolsará R\$ 9,5 mil de salário básico e, somando aqui e ali os benefícios, chegará, com facilidade, a superar os R\$ 12 mil.

Por enquanto, o direito está garantido no papel. A cada ano, o Congresso vai contabilizar no orçamento quanto dinheiro há disponível para o reajuste dos funcionários. Em quatro anos o plano de carreira estará integralmente em execução.